

## 5.

### **Desafios para o Serviço Social: novos sujeitos, políticas e intervenção**

Responder a uma demanda tão nova e que traz estigmas e preconceito, como é o caso da homossexualidade, é um grande desafio para pensar em estratégias de intervenção frente à realidade e contradição que é a sociedade.

Aqui buscaremos iniciar uma reflexão ainda embrionária, mas com o objetivo de trazer à tona a discussão em torno da questão social – base da fundação do Serviço Social. A partir da profissionalização da profissão, o assistente social passou a intervir em tais questões não como uma prática de ajuda, mas respondendo a uma demanda dinâmica que vem se transformando juntamente com a sociedade. Para atender a essas competências, lamamoto (2006) caracteriza a/o assistente social como “um profissional de novo tipo, comprometido com sua atualização permanente, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo” (lamamoto, 2006, p.145).

É nesse contexto de antigas e novas demandas que se reconfiguram o fazer da/o assistente social. Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo pra decifrá-lo e participar da sua recriação (lamamoto, 2006, p. 19).

Em seguida apresentaremos o Programa Brasil sem Homofobia, Política Nacional de Saúde Integral para LGBT e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais como conquista adquirida mediante a abertura do Governo Lula e o diálogo com o movimento homossexual.

A questão de gênero aparece como um eixo para pensar a mulher e o homem além de seus papéis pré-determinados socialmente e um convite a repensar a atuação e formação do profissional de Serviço Social na contemporaneidade.

## 5.1

### Questões contemporâneas para o Serviço Social: novos desafios para a categoria

No final do século XX e início do XXI, as transformações sociais produziram e trouxeram à tona antigos e novos atores que se encontravam na invisibilidade. A modernidade não só reconfigurou as relações de trabalho, mas também permitiu que homens e mulheres protagonizassem a história diferente da norma socialmente construída.

O mito da globalização de nos aproximar de tudo e todos tem fortalecido uma segregação de grupos e um poder socialmente estabelecido que determina quem manda e quem obedece, colocando a margem quem não assume um modelo 'formal' imposto como o ideal e correto. Na verdade, o que vivemos hoje não é uma troca, mas sim uma hegemonia imposta. Com isso, a ideia de aldeia global se fortalece no que tange o setor econômico, pois o que vemos hoje é a dificuldade de estabelecer um diálogo entre os diferentes povos, raças, culturas, gêneros...

Essa globalização imposta, de fato, se efetiva como "uma fábrica de perversidades", como diz Santos (2008, p. 19). Além dos sintomas crônicos como o crescente desemprego, o sucateamento dos órgãos públicos, as demais mazelas sociais juntamente com a fragilidade das políticas públicas, tem fortalecido uma segregação social que a cada dia exclui grupos ou os inclui precariamente em condições de extrema desigualdade. Por outro lado, frente a essa "modelagem", o novo milênio trouxe novos significados para as relações humanas. O estar aqui, ali e a possibilidade de conhecer outros povos e culturas através das conexões virtuais, diminuiu a distância e o nosso desconhecimento de muitas expressões e comportamentos de grupos sociais distintos.

O Serviço Social tem se debruçado nas mais diferentes formas de enfrentamento da questão social, no qual o debate da profissão na década de 1990 teve um foco expressivo nas mudanças no mundo do trabalho, no papel do Estado, na composição e dinâmica das classes e sociedade civil entre outras questões.

Com a entrada do neoliberalismo nas sociedades e o fenômeno da globalização mundial, Iamamoto (2006) aponta que as alianças entre a hegemonia do capital financeiro, do bancário e do industrial revolucionou e

instaurou novos padrões de produzir e gerir trabalho. Se pensarmos no impacto desses fenômenos na sociedade, encontramos na escassez do trabalho a gênese da questão social e das múltiplas exclusões.

Coerente a esse contexto, o Serviço Social tem na questão social a gênese da sua fundação e do seu fazer especializado, compreendendo-a como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade. A questão social:

... acaba por afirmar diferenças, envolvendo tais sujeitos que vivenciam desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (Iamamoto, 2006, p. 28).

Historicamente a questão social foi tratada sob o ângulo do poder cujas raízes se encontram no capitalismo expressas nas relações sociais. Sua ação e reprodução requerem enfrentamentos mediante as necessidades coletivas da sociedade ou de grupos distintos, chamando assim o Estado para suas responsabilidades e afirmação de políticas sociais em caráter universal.

Instaura-se hoje um debate em torno da questão social quanto ao adjetivo “nova”. Haveria hoje uma nova questão social ou uma nova roupagem da mesma, com múltiplos desdobramentos? Se a questão social apareceu primeiramente cunhada a partir do protagonismo da classe trabalhadora, com a globalização e a transformação da sociedade, novos atores e atrizes surgiram nesse cenário de desigualdades e opressão organizando suas lutas pela extensão da cidadania.

Potyara (2001, p. 54) sobre esse debate afirma que não há uma nova questão social, mas sim manifestações contemporâneas de problemas que são engendrados pelas contradições. Segundo a autora, estamos diante de uma nova conjuntura e uma pluralidade de interesses.

Nesse mesmo sentido, Netto (2001) aponta que a questão social se apresenta com desdobramentos na sociedade moderna, ou seja, há diferentes estágios que produzem diferentes manifestações da questão social. O autor defende que “... a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (Netto, 2001, p. 44).

Reconhecemos que a cada década a sociedade vem se reconfigurando, sejam nas expressões econômicas, sociais, culturais, políticas ou sexuais e é

através dessas transformações que o Serviço Social se encontra no desafio de reconhecer as novas emergências surgidas e construir um debate efetivo em torno delas.

Tendo o Serviço Social em sua gênese a questão social como a fundamentação do seu trabalho, Iamamoto (2006), no seu livro **O serviço social na contemporaneidade**, elucida alguns desafios atuais para as/os assistentes sociais. Primeiramente, é nesse terreno movido por contradições e interesses distintos que os assistentes sociais estão inseridos em decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social hoje e se faz de fundamental importância. Outro aspecto é apreender as várias expressões que assumem na atualidade as desigualdades sociais e projetar e forjar formas de resistência e de reinvenção da defesa da vida construída no cotidiano. Em síntese, nesses novos tempos o desafio do Serviço Social é:

Redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade (Iamamoto, 2006, p. 75).

As últimas décadas vêm exigindo do Serviço Social um esforço de decifrar as novas dinâmicas familiares, o mundo do trabalho, as desigualdades matizadas nas relações de gênero, etnia e raça, sexualidade, as múltiplas formas de violência entre outras questões.

Diante de diferentes demandas, a partir dos anos de 1990, novos atores passaram a ter visibilidade no tecido social como por exemplo, os homossexuais. As Paradas do Orgulho Gay colocaram em cena as questões pertinentes a esse grupo, questões específicas relacionadas aos direitos humanos, tais como: a liberdade de expressão/orientação sexual, reconhecimento de união civil, criminalização da homofobia. Nesse contexto, o fazer do assistente social até então voltado para as intervenções na sociedade de orientação heterossexual se depara com demandas atuais que abarcam as mesmas questões de outrora, porém dialogando agora com as múltiplas sexualidades<sup>41</sup>.

Decifrar as múltiplas expressões da questão social e as novas características que assumem a contemporaneidade coloca em pauta o que

---

<sup>41</sup> A sexualidade humana não é só genética, hormonal e genital, é também cultural, por isso utilizo o termo “sexualidades” no plural compreendendo-a como algo inacabado, em constante transformação e múltiplas expressões.

Telles (2006) chama de difícil e polêmico problema da igualdade e justiça em uma sociedade dividida e fraturada:

Hoje em dia mais do que nunca revigorado, será importante reativar o sentido político inscrito nos direitos sociais. Sentido político ancorado na temporalidade própria dos conflitos pelos quais as diferenças de classe, de gênero, etnia, raça ou origem se metamorfoseiam nas figuras políticas da alteridade – sujeitos que se fazem ver e reconhecer nos direitos reivindicados, se pronunciam sobre o justo e o injusto e, nesses termos, reelaboram suas condições de existência como questões pertinentes à vida em sociedade (Telles, 2006, p. 178).

Articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois se entende que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas na realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social.

Em relação ao debate de políticas sociais e questão social, Granemann (2008) destaca que:

A política social como uma intermediação essencial ao trato da *questão social* não esgota a relação do Estado com as lutas e as demandas das classes, pois, nunca é demais lembrar, variadas formas de coerção que incluem desde o uso explícito da violência até as manipulações político-ideológicas (Granemann, 2008, p. 21).

Na primeira fase do capitalismo, as questões sociais foram vistas como caso de polícia e não como um reflexo de um sistema, sendo assim o Estado não intervia e até então não se criava iniciativa política para determinadas situações. É a partir da década de 1930, que o processo de industrialização muda o cenário da sociedade brasileira e a concentração da população nas áreas urbanas amplia as desigualdades e com isso os problemas relacionados à moradia, saúde, educação, assistência, saneamento básico entre outros. Neste momento, consolidam-se as políticas sociais e com elas a querência de profissões como o Serviço Social, na elaboração, viabilização e execução da intervenção sobre tais questões.

Nas palavras ainda de Yamamoto, o assistente social desde os primórdios tempos esteve na posição de ser um agente implementador de políticas sociais, especialmente políticas públicas. Hoje a atuação desse profissional exige muito mais que o contato profissional-usuário, mas o formulador de tais políticas.

Este cenário novo onde está inserido o profissional de serviço social, onde a exclusão toma outras proporções e novos sujeitos entram na visibilidade do

tecido social, políticas que atendam a essa população e o olhar sobre elas necessitam ser também contemporâneas.

Os “excluídos” de hoje não são apenas aqueles que a profissão atendeu desde sua gênese identificados como: os pobres, os doentes, os idosos, as crianças. Através das mudanças sociais, cujos impactos de exclusão e de direitos se caracterizaram como resposta ao avanço do sistema capitalista, movimentos não apenas de operariados marcaram sua luta e resistência, mas abriram espaços para outros movimentos traduzissem nessa luta pelo direito à igualdade e justiça de reivindicarem a partir de suas demandas específicas. É neste quadro que surge o movimento homossexual que inserido nessa voraz exclusão do capital, encontra-se numa outra exclusão social: a dos mínimos direitos. Hoje essa população já faz parte da teia dos excluídos ou incluídos precariamente e necessitam do olhar sensível do assistente social para incluí-los no debate da luta, garantia e defesa intransigente dos direitos.

Para Almeida (2008), nas últimas décadas, o Serviço Social brasileiro caminhou para o amadurecimento do seu projeto ético-político e para um entendimento de que o campo das orientações éticas é permanentemente atravessado pela classe social e por “determinações de outra natureza” (Netto, 1999, p. 94), como de gênero, culturais, étnicas, etárias entre outras.

Uma situação antiga, porém traduzida num debate muito recente, é o que vem acontecendo com homossexuais homens e mulheres acometidos pela homo/lesbofobia, preconceito e discriminação. Contabiliza-se hoje que, a cada três dias um homossexual é morto; novos modelos de famílias são construídos —como de gays e lésbicas—; um número expressivo de adolescentes vem sofrendo de *bullying*, exploração e ameaças; há negligência, falta de sensibilidade e experiência de profissionais de saúde em atender a essa população diferenciada que chega até os postos de saúde. Essas são apenas algumas das demandas referidas aos homossexuais, pois no que tange as políticas públicas e direitos sociais básicos, ainda a exclusão impera neste segmento e reforça o lugar de subalternidade onde eles se encontram.

Os interesses de determinados grupos sociais discriminados e oprimidos são também interesses dos assistentes sociais, pois no seu fazer profissional o agravamento da questão social é uma preocupação constante.

Durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2006 foi aprovada a Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual, cujo lema é “O amor fala todas as línguas – Assistente Social na luta contra o preconceito”. Essa iniciativa

foi uma ação política concreta que trouxe para dentro do Serviço Social a discussão da homofobia/lesbofobia caracterizada não somente pelas práticas de violência ocorrida com esse público, mas também a negação de direitos e a violação da dignidade humana desses sujeitos. A campanha que visava especificamente abordar a questão da homossexualidade e os processos discriminatórios que viviam como implicações da questão social. A declaração de princípios inerente ao *caput* da resolução 489/2006 (Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual) estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional da/o assistente social. Alguns objetivos da campanha implicam:

- 1) Sensibilizar a categoria d@s Assistentes Sociais para o debate em torno da livre orientação e expressão sexual como direito humano;
- 2) Contribuir para o aprimoramento profissional d@s assistentes sociais através do aprofundamento do debate sobre a sexualidade como uma dimensão da individualidade e que, portanto, necessita ser reconhecida em sua diversidade de expressões: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade;
- 3) Contribuir para criação e disseminação de práticas e linguagens não discriminatórias entre a categoria d@s Assistentes Sociais na perspectiva de consolidar valores comprometidos com o Projeto Ético-Político Profissional;
- 4) Contribuir para reflexão e enfrentamento da homofobia/lesbofobia e garantia do respeito à diversidade humana nos espaços institucionais, em especial, no trabalho d@s Assistentes Sociais e na formação profissional em Serviço Social;
- 5) Incentivar os CRESS para proposição de ações criativas e participativas para materializar a Campanha nos estados envolvendo a categoria profissional;
- 6) Favorecer a construção de espaços de diálogos e parcerias interdisciplinares na defesa da Livre Orientação e Expressão Sexual como Direito Humano.

A campanha trouxe muitos questionamentos e foi recebida com resistências por parte de alguns profissionais. A Assistente Social e Conselheira do CFESS (gestão 2005-2008), Silvana Mara de Moraes dos Santos, num dos seus artigos, faz uma reflexão sobre a importância de trazer à tona esse debate:

Nas últimas décadas do século XX, a partir das reivindicações, dentre outros, dos movimentos feministas e GLBT (Gay, Lésbico, Bissexual e Transgênero), a sexualidade humana assume visibilidade na agenda política ao ser pensada além da sua dimensão estritamente biológica. Movimentos sociais e vários analistas trouxeram, para o debate, questões que transitavam em torno do reconhecimento das identidades sexuais, dos direitos reprodutivos e, mais recentemente, dos direitos sexuais. Essas formulações confrontaram o modo dominante de pensar a

sexualidade humana fundado na definição e imposição da heterossexualidade como norma (Heteronormatividade).<sup>42</sup>

Em suma, a Campanha se baseou em uma concepção teórico-crítica sobre Direitos Humanos, particularizando o debate em torno da individualidade e da sexualidade humana como construtos sócios históricos, portanto, imersos numa sociabilidade que se alimenta da exploração e opressão dos indivíduos. Sendo assim, pensar numa ação que promova uma articulação com os movimentos sociais, especificamente, com o movimento homossexual, significa pensar na contradição da sociedade que constrói uma sexualidade hegemônica que descaracteriza qualquer outra forma de afetividade que não seja a heterossexual e reforça rejeições, principalmente familiares, discriminações nos diversos espaços sociais e massifica um grupo caracterizado como “minorias” a se manter nos esconderijos sem voz nem vez.

A Resolução do conjunto CFESS/CRESS constituiu-se num importante instrumento de luta para democratizar os espaços institucionais no que se refere à liberdade de expressão sexual e para estimular o exercício profissional sem discriminar e sem ser discriminado por orientação sexual.<sup>43</sup> Desta forma, a iniciativa do Serviço Social através da campanha estabelece o compromisso e o diálogo com a comunidade homossexual e suas demandas em busca de um horizonte político, emancipatório, humanitário e social.

O Serviço Social enquanto profissão traz no seu projeto ético-político o comprometimento com as transformações sociais e suas novas demandas. Sua vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe.<sup>44</sup> Quanto ao seu compromisso, o projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Coutinho (2005) alerta para o caráter histórico dos direitos sociais e políticos, como algo próprio da cidadania, afirmando que a negação de

---

<sup>42</sup> [http://www.cresspe.org.br/download/Texto\\_Silvana2007.doc](http://www.cresspe.org.br/download/Texto_Silvana2007.doc). Acesso em 12.08.2008

<sup>43</sup> Trechos retirados do material publicado pelo CFESS-CRESS para o conhecimento e divulgação da campanha “O amor fala todas as línguas: Assistente social na luta contra o preconceito”. Brasília, maio de 2008.

<sup>44</sup> **Assistente Social**: ética e direitos. Coletânea de Leis e Resoluções. 4ª edição. CRESS 7ª R – RJ. 06/2006.

determinados direitos e participação, demandam organização e luta de segmentos excluídos, como por exemplo, os homossexuais, frente à liberdade de orientação sexual em busca dessa efetivação de direitos.

Num país como o Brasil, onde imperam níveis assustadores de pobreza, miserabilidade e desigualdades expressas nas diversas formas, o projeto ético-político, instrumento que se consolida no Código de Ética Profissional, reafirma o compromisso com a democracia, a liberdade e a justiça social.<sup>45</sup>

Netto (1999) numa reflexão sobre as demandas do projeto ético-político do Serviço Social diz que suas raízes nascem da concepção de um projeto societário com propostas voltadas para o conjunto da sociedade com amplitude e inclusividade. O projeto incorpora novas demandas e aspirações conforme as conjunturas históricas e políticas.<sup>46</sup>

Tendo presente em nossa atualidade a transparência da intolerância e da negação, reconhecer o outro na sua subjetividade e diferenças reflete em nossa sociedade e muitas vezes no nosso agir profissional, preconceitos que impedem viabilizar o acesso de direitos.

Sendo a sexualidade humana dimensão relevante na constituição da individualidade, qualquer tentativa de obstaculizar a vivência afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo, práticas preconceituosas, desrespeito às diferenças, configuram-se concretamente violação dos direitos humanos. Em nossa realidade, podemos afirmar que esta violação se expressa na homofobia e na lesbofobia, que se estruturam como práticas socioculturais e ideológicas profundamente enraizadas e legitimadas na sociabilidade vigente.<sup>47</sup>

Considerando o Serviço Social uma profissão prático-interventiva e por essa razão ocupa diferentes espaços na sociedade, nessa pesquisa buscamos ouvir a fala vinda de outro lado, dos usuários e suas experiências. Outro desafio que observamos durante a pesquisa foi encontrar materiais que oportunizassem a voz de quem faz uso desse serviço. Dada à importância dessas falas, consideramos o olhar em torno da atuação das/os profissionais e da profissão a partir da concepção de nossas entrevistadas:

---

<sup>45</sup> **Assistente Social:** ética e direitos, 2006, p.13.

<sup>46</sup> NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Texto redigido em 1999 e publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB.

<sup>47</sup> MESQUITA, Marylucia. **Orientação sexual: experiência privada, opressão privada e pública** - um desafio para os direitos humanos IN Cdrom 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS): "Trabalho, Direitos e Democracia – Assistentes Sociais contra a Desigualdade". UERJ, 2001.

O conselho de assistência social por mais avanço que ele tenha feito em questão das homossexualidades, mas não abriu a cabeça das assistentes sociais pra dizer: não seja homofóbica, não seja racista! E a gente sabe que a maior parte das que estão na base, das que vão decidir se sua família vai ganhar tal benefício, se a sua família é homoafetiva ou não são assistentes sociais. Se o Programa Saúde da Família (PSF) vai visitar, se o lixeiro vai passar naquela casa... É muito bonito o que o conselho fez, mas não se faz o cumpra-se dele. Porque o que a gente tem de assistente social vivendo como na época da LBA é muito complicado (Azaracá, 25/10/2010).

Dandalunda, sendo Assistente Social, aponta algumas questões importantes para uma melhor atuação das/os profissionais de serviço social junto à população LGBT:

Na verdade, o que serve para o assistente social, serve para os profissionais em geral. A primeira coisa é aquilo que a gente aprende lá no código de ética que todo indivíduo é indivíduo. Quando aquele gay, aquela lésbica, aquele transexual ou travesti entra naquela sala ele é um indivíduo independente da orientação sexual dele e aí é o que eu falo, não existe problema em voce ter preconceito, pois preconceito todos nós temos, o problema é: o que voce faz com esse preconceito? Se voce não é capaz de lidar com seu preconceito dentro do seu local profissional; se voce enquanto assistente social não consegue lidar com seu preconceito, se voce não consegue olhar para um travesti e ver que aquele indivíduo é um indivíduo voce não pode ser assistente social! Sabe, vai fazer outra coisa... e mais, a gente não pode colocar religião acima do nosso código de ética. A gente tem visto muitos assistentes sociais das religiões pentecostais, católicas são até um pouco menos, mas as religiões protestantes elas tem sido ferozes e aí tem se formado profissionais ferozes nesse sentido também, quer dizer, no momento em que voce é um profissional e vai atender, vai dar uma assistência, vai dialogar com esse indivíduo, sua religião, seu partido político, suas convicções elas tem que ficar fora.. seus padrões de moral, eles tem que ficar fora desse atendimento (Dandalunda, 09/09/2010).

Nessa mesma abordagem, Neusa de Xangô também chama a atenção para a perda da laicidade do país e a forte demarcação religiosa nos espaços públicos:

O mais importante para gente hoje enquanto movimento, qualquer que seja o movimento é lutar por um estado laico de fato e que esteja na área pública de trabalho, nos serviços públicos e se estiver lá que a religião dele fique em casa. Então a briga maior é que tem que ser um Estado Laico de fato. Um Estado onde voce não entre e veja uma cruz pendurada, não tenha uma bíblia e que o funcionalismo público desse país aprenda que quando ele está lidando com uma pessoa ele está lidando com uma pessoa de qualquer religião e não da religião dele, se ele concorda ou discorda... Porque se você encontra um médico evangélico e diz: sou lésbica.. pronto! A gente não tem a noção de fato o que é um estado laico, o que é um servidor público... Não quero dizer que é fácil, mas a gente tem que achar uma solução para isso... é urgente! Porque se não a gente sai de lá com a bíblia na mão... (Risos) (Neusa de Xangô, 10/09/2010).

O debate da religião e a questão da orientação sexual vem sendo pauta de discussões do movimento, uma vez que a grande representatividade de uma bancada religiosa nos órgãos públicos e no governo tem implicado numa estagnação em torno de efetivação de direitos e políticas públicas. Além da questão religiosa, Inar, outra entrevistada, ressalta o despreparo mediante a falta de capacitação dos profissionais para lidar com essa população consolidando assim uma homofobia institucional. No caso de assistentes sociais, a grande preocupação das quatro entrevistadas se converge entre a postura da/o profissional e o afastamento do usuário. A lógica da heterossexualização dos serviços públicos implica na negação de direitos.

Como já foi mencionada, a contemporaneidade traz para esse profissional e para a profissão uma nova exigência de proposições e atuação frente às políticas sociais e ao mesmo tempo uma necessidade em compreender os diferentes sujeitos que estão envolvidos nessa trama desigual geradora de exclusão.

## **5.2**

### **Políticas para a população LGBT**

O debate em torno dos direitos humanos tem sido pauta de todas as agendas políticas reconhecendo-o como instrumento da dignidade inerente ao ser humano.

Os direitos humanos nascem na perspectiva da emergência de garantir o direito à vida e a uma convivência pautada na justiça, compreendendo assim que todos os seres humanos são dotados de capacidades física e intelectual, como também em dignidade. Historicamente os direitos humanos foram se constituindo continuamente, à medida que a sociedade ia demandando especificação dos carecimentos e dos interesses (Bobbio, 1992).

Os artigos 1º e 2º da Declaração Universal adotam o reconhecimento da universalidade humana considerando que todos e todas nascem livres e iguais em dignidade e direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião ou qualquer outra condição. Decorrente a essa consideração, pressupõe que os

direitos humanos são comuns a todos e intrinsecamente estão ligados à democracia, a paz e ao exercício de cidadania.

O debate sobre direitos humanos e cidadania no Brasil ganhou espaço a partir dos anos 1980 com o momento histórico da redemocratização, porém se consolidou na década de 1990 com a inserção de novos movimentos sociais no cenário brasileiro. Esses movimentos trouxeram para a agenda social e política uma discussão ampliada em torno da cidadania que não se restringia apenas as questões de trabalho, mas na busca do reconhecimento de novos sujeitos sociais que historicamente estiveram no anonimato e com isso suas demandas não se faziam conhecidas.

A partir da proclamação da igualdade de todos os seres humanos, em direitos e dignidade, vários tratados dispuseram sobre situações específicas em que a igualdade vinha sendo negada, como por exemplo, nas Conferências de Viena (1993) e Durban (2001). É relativamente nova a discussão de luta pelos direitos a partir de identidades de grupos. O excesso de violências que são praticadas em função de uma intolerância às diferenças tem despertado reações no íntimo da sociedade. Se a democracia e o exercício da cidadania plena resultam de liberdade e oportunidades que garantam a participação ativa dos sujeitos sociais, uma vez não conferido, cabe-nos a indagação de problematizar como a universalidade dos direitos atende as especificidades dos sujeitos. Direitos para quem? O que justifica proteção para uns e a legitimação dos crimes de ódio ainda que não verbalizados para outros? O que separa o “dever de todos” e os “direitos” para alguns? Não há como pensar os direitos hoje sem levar em consideração as diferenças na formação da sociedade e de seus sujeitos, visto que, cada pessoa está inserida numa situação histórica e traz consigo concepções e vivências que o caracterizam de forma particular.

... as demandas dos grupos e segmentos sociais clivam a singularidade e também a universalidade com a perspectiva da proteção (específica) e do enfrentamento das práticas de exclusão que se traduzem em potenciais de violação de direitos (Carbonari, 2007, p. 181).

A universalidade implica em um reconhecimento da igualdade, entendendo assim que, o indivíduo é sujeito de direitos por ser pessoa; que as atribuições de deveres e direitos são de responsabilidade de todos, não tendo implicações religiosas, raciais ou étnicas, de gênero, de orientação sexual, geracional entre outras; que o reconhecimento da dignidade humana e do direito à vida em sua plenitude ultrapassam as diferenças sem, no entanto, negá-las.

Nas sociedades contemporâneas, apesar dos avanços e da expressividade que os direitos humanos vêm incorporando, temos observado o agravamento dos conflitos religiosos, a intolerância aos homossexuais, a desigualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho, entre negros e brancos, imigrantes entre outros. No entanto, a visibilidade desses grupos significou tensões no que tange a abrangência de direitos ou a equidade entre eles e esses sujeitos, ao mesmo tempo, essas categorias historicamente vulneráveis buscam formular estratégias e instrumentos legais que concebam a universalidade dos direitos. O que se constata é que os direitos na prática não são universais, uma vez que não são garantidos para todos igualmente.

No decorrer da história observamos que o processo de conquista de direitos é gradual. Podemos dizer que não se encerra com a conquista dos mesmos e a busca efetiva da universalidade é lenta. Não esqueçamos que estamos vivendo em um período histórico de transformações sociais sob a égide do projeto neoliberal que enseja uma ideologia universal. Apesar dos avanços, estamos envoltos sobre a membrana da globalização, mas nem sempre incluídos, ou por vezes, incluídos precariamente. Há uma busca de uniformidade que se distancia de uma cidadania universal e assim defrontamos com o surgimento de novos grupos exigindo direitos que atendam suas demandas. Esse processo traduz o distanciamento e a lógica perversa como o sistema vem se apresentando e seus impactos diferenciados.

Certamente a célebre afirmativa de Boaventura Sousa Santos (2003) ao dizer que temos o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza e diferentes quando a igualdade nos descaracteriza, preza no esforço crescente de lutarmos pelo direito à igualdade e à diferença sem perder o que essencialmente nos fundamenta enquanto sociedade: a coletividade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi um marco legal numa perspectiva democrática e voltada para a cidadania. Ela possibilitou e ampliou mobilizações sociais, participação da sociedade civil nos órgãos governamentais, promoveu uma cidadania ativa, propiciou medidas para que legitimassem a defesa e garantia dos direitos.

Uma indispensável abordagem surge no contexto atual ao se deparar com a questão de gênero. As mulheres entraram em cena assumindo um importante papel político e social na conjuntura brasileira, apesar de ainda se encontrarem em situação de desigualdade frente aos homens.

Outra categoria de sujeitos surge eclodindo um novo movimento social: os homossexuais masculinos e femininos. As mudanças conjunturais da sociedade propiciaram uma reorganização de ações coletivas voltadas para questões específicas. Movimentos de bairro, movimento dos sem teto, movimento ecológico, movimento homossexual, negro, de mulheres entre outros apontam para o que denominamos de movimentos sociais contemporâneos. Esses grupos se organizaram não apenas por uma mobilização entre seus próprios sujeitos, como se institucionalizaram, ora participando do poder público em órgãos gestores de políticas públicas, ora articulando suas ações juntamente com a sociedade civil promovendo assim uma articulação em busca de visibilidade e garantia de direitos.

Essa ampla mobilização social abriu espaços para a discussão e enfrentamentos da violência e preconceitos frente à discriminação por orientação sexual. Mais recentes pesquisas com amostras populacionais nas Paradas do Orgulho LGBT articulados em parceria entre entidades da sociedade civil, academia e governo federal revelaram o caráter amplo e silencioso da homofobia.<sup>48</sup> É um compromisso do Estado e da sociedade civil combater todas as formas de discriminação e de violência promovendo assim os direitos humanos aos homossexuais.

Esse tema aparece pela primeira vez na Conferência Mundial de Beijing (1995) e somente na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância realizada em Durban (2001), o tema sobre orientação sexual é incluído no relatório nacional, no entanto o assunto não é incorporado ao texto final da Declaração e Plano de Ação da Conferência de Durban.

A criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação em 2001 foi uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementar as recomendações advindas da Conferência de Durban. Em 2004, no governo Lula foi criado no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Programa “Brasil sem Homofobia” (BSH), cujas ações possibilitaram a criação de Centros de Referência e Combate à Homofobia, além de financiar algumas pesquisas e promoções da Cidadania LGBT. Através do Programa que tem por objetivo maior promover a cidadania e a equiparação de direitos e do combate à

---

<sup>48</sup> Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008).

violência e à discriminação homofóbicas, requer assim, a construção de políticas públicas de acordo com as reais necessidades deste segmento.

Pensar em políticas que atendam, por exemplo, a população homossexual, significa minimizar a discrepância existente entre garantias de direitos destinados a heterossexuais em relação aos homossexuais. Até bem pouco tempo, contabilizávamos 37 direitos negados aos gays, as lésbicas, aos travestis e transexuais, hoje o movimento já aponta cerca de 78 direitos civis e legislativos negados ao público LGBT.

Mesmo diante desse quadro, o Programa Brasil sem Homofobia é um grande marco no que diz respeito ao Movimento em parceria com o Estado e um avanço na discussão em torno da promoção da cidadania LGBT. Primeiro, por trazer na sua justificativa e elaboração, ações que se desdobram em distintos níveis de engajamento questões relacionadas à orientação sexual num contexto universal. Segundo, por ter ganhado apreciação e consolidação de ordem Federal, o que até então em nenhum outro momento de gestão governamental, as demandas do Movimento ganharam notoriedade. Dividido em 11 categorias estabelece 52 linhas de ações no que âmbito dos Direitos Humanos, Justiça, Segurança, Saúde, Mulheres, Racismo, Educação, Juventude entre outros. Entendido como parte da política social “a política de combate à homofobia orientada pelo Programa BSH, é *a priori*, o Estado respondendo à pressão do Movimento LGBT” (Rossi, 2010, p. 91).

O desafio que se coloca ao Estado brasileiro é o da mudança de valores e representações sociais e institucionais. Apesar de ser um avanço, o Programa acontece de forma diferenciada em cada região. Buscamos durante a pesquisa ouvir da voz daquelas a quem o Programa se destina e qual o olhar delas em relação ao BSH. Cada uma das entrevistadas buscou abordar uma questão:

Em relação à situação da mulher, Azaracá diz que nada está acontecendo. Segundo ela, muita coisa precisa ser revista, refeita. Sobre a política para as Mulheres, algumas linhas de ações dizem respeito a: ampliação do Disque-Mulher garantindo informações e o atendimento não discriminado das mulheres lésbicas; monitoramento dos Acordos, Convenções e Protocolos internacionais de eliminação da discriminação contra as mulheres, garantindo o recorte da orientação sexual; avaliar regularmente a atuação das Delegacias Especializadas da Mulher (DEAM).

Está caminhando... e a gente sabe que o BSH ele foi implementado em alguns Estados. Por exemplo, aqui no Rio ele foi implementado, mas está caminhando com muito esforço e acaba a gente tendo algumas vantagens aqui no Rio de Janeiro porque a gente tem um superintendente um gay, algumas pessoas do movimento que acaba cobrando do governo, acaba cobrando do prefeito... A gente tem outros Estados em que o negócio está totalmente parado, sequer deram atenção ao movimento... até porque se esse movimento não fizer pressão ele fica lá. O que foi na verdade pautado dentro do BSH, dentro da Conferência, dentro do Fórum só vai ser implementado se o movimento fizer pressão (Dandalunda, 09/09/2010).

Para Ilnar, assim como Dandalunda relata, o Programa depende da ação dos Movimentos e da gestão política:

O BSH ele já está consolidado, mas as ações dele ainda estão muito difusas. Temos o Rio sem Homofobia e já foi implantado Centro de Referência e já estão funcionando e os núcleos de referência em alguns bairros e regiões do Rio de Janeiro. Ações também depende da vontade política, muito grande dos governantes implantarem essas ações ... As ações tanto do BSH como o Rio Sem Homofobia foram construídas pelos movimentos de gays, lésbicas, de travestis e de transexuais (Ilnar, 25/10/2010).

O Programa Brasil sem Homofobia avançou nas proposições e teve desdobramentos consolidados através do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais como resultado de Conferências Regionais, Estaduais e Nacional. O objetivo geral do Plano visa “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersectorialidade e transversalidade na implementação dessas políticas.”<sup>49</sup>

O Plano parte do princípio que um maior acesso e participação social nos espaços de poder é um instrumento essencial para democratizar o Estado e a sociedade. Nesta perspectiva, o Plano foi elaborado partindo de dois eixos estratégicos: O primeiro voltado para a promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização; e o segundo eixo voltado para formulação e promoção da cooperação federativa e internacional; articulação e fortalecimento de redes sociais e outros poderes; gestão da implementação sistêmica da política para LGBT.

No que tange ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) destacamos algumas ações bastante propositivas para o Serviço Social, tais como:

- Reconhecer novos arranjos familiares, tais como as uniões homoparentais e os pares homoafetivos, para fins de aplicação da Política Nacional de Assistência Social;

<sup>49</sup> Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT.

- Realizar o monitoramento das crianças e jovens que vivem nas ruas, manifestando atributos de gênero dissociados do seu sexo biológico, favorecendo sua proteção especial nos abrigos mantidos pelas secretarias municipais de assistência social (SMAS);
- Promover a capacitação contínua, para combater o estigma e a discriminação de gênero, orientação sexual e racial junto às equipes técnicas e gestoras que atuam especialmente no cotidiano das instituições onde a política nacional de assistência social é implementada: centros municipais, abrigos públicos e não-governamentais, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas entre outros.

Ainda em passos lentos caminham as políticas que atendam as demandas da população LGBT. Sendo na saúde um dos campos de atuação das/os assistentes sociais, encontramos nessa área os maiores avanços.

Em 2009, o Ministério da Saúde aprovou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Segundo o documento, a política é constituída por um conjunto de princípios éticos e políticos expressos em uma marca que reconhece os efeitos perversos sobre a saúde dos processos de discriminação e de exclusão. Suas diretrizes e objetivos estão, portanto, voltados para a promoção da equidade em saúde. A Política inclui ainda ações de fortalecimento das práticas participativas e do controle social, e aponta para a necessidade de incluir conteúdos na formação e educação permanente dos trabalhadores de saúde, visto que essa é uma das grandes chamadas do Movimento ao se tratar de atendimento aos serviços de saúde.

O combate à homofobia no Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma diretriz consensual, tida como fundamental para que o acesso aos serviços e a qualidade da atenção e do cuidado não sejam comprometidos por preconceitos e estigmas. A reiteração do direito ao atendimento humanizado e livre de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde é um avanço concreto que deve ser amplamente divulgado, sendo considerado um instrumento legal na luta pela efetivação do direito à saúde Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.<sup>50</sup>

O debate posto hoje frente às especificidades das políticas é consequência de uma “democracia partida” que, de um lado assistimos o projeto neoliberal promovendo fragmentações dos grupos sociais tornando assim as lutas cada vez

---

<sup>50</sup> Texto extraído do documento preliminar, Brasília/DF. Junho de 2008.

mais isoladas; de outro lado, as políticas vinculadas aos princípios universais não atendem a todos igualmente garantindo a efetivação dos direitos e cidadania.

Há um grande esforço hoje através dos movimentos sociais para que cada vez mais, esses grupos considerados minorias – negros, mulheres, homossexuais, indígenas entre outros – e que estão à margem de uma vulnerabilidade maior e no seu extremo, a própria exclusão, de pautar agendas políticas que vislumbrem para ações políticas e sociais atendendo assim as especificidades desse público.

Pensar numa política LGBT significa ampliar o que já temos e entendemos hoje por políticas públicas, trazendo assim especificidades para as mesmas. A dignidade humana é o ponto comum entre todos/as e cabe enfatizar que sendo os direitos universais, os questionamentos aqui levantados contribui para um pensamento constante a respeito dos sujeitos sociais e do modo como as políticas vêm sendo configuradas na sociedade. Partir da autorreflexão de argumentar a serviço de quem as políticas públicas são destinadas, como vem sendo executadas e quem as executa é um exercício de nos mostrar o lugar de onde estamos falando e a quem estamos nos dirigindo.

Consideramos assim que o enfrentamento dos desafios contemporâneos para a profissão requer hoje contemplar essas novas demandas durante todo o processo de formação acadêmica englobando as diferentes expressões da questão social voltadas para os distintos sujeitos.

### **5.3**

#### **Breves reflexões em torno da formação e atuação do Assistente Social**

Nosso objetivo aqui não é fazer um estudo aprofundado em torno da formação e da prática do assistente social. Propomos iniciar uma conversa que suscite futuramente um diálogo ampliado e inesgotável da relação teoria-prática no processo de formação desse profissional e na sua atuação direta com as novas e velhas demandas e realidades apresentadas.

Discutir a formação profissional significa “discutir e ensinar os Caminhos do fazer” (Oliveira, 2010). O debate em torno dessa questão vem sendo bastante

discutida dentro das universidades juntamente com os professores no momento em que a/o estagiário vai para o campo de prática. Em outras vezes, identificamos profissionais que no interior das instituições o exercício profissional cria um hiato entre os fundamentos teórico-metodológicos e a prática. O assistente social também se afirma como um trabalhador assalariado e sua inserção no mercado se dá nessa relação capital-trabalho; nas inúmeras demandas e difíceis (muitas vezes precárias) condições de trabalho; no sucateamento dos espaços de trabalho que coloca esse profissional como um agente polivalente numa configuração neoliberal.

Reconhecemos que vários são os desafios postos para a categoria, no entanto é decorrente o desafio de articulação entre a profissão e a realidade social, visto que o Serviço Social atua diretamente na realidade que vem se transformando num período de espaço-tempo a cada instante.

Sendo essa realidade dinâmica, os espaços profissional e acadêmico de alguma forma precisam acompanhar as transformações que surgem configurando e reconfigurando as relações sociais, do mesmo modo, os novos sujeitos que aparecem com demandas específicas.

A profissão se institucionaliza a partir da década de 40 com um perfil cujas características encontram fundamentos nas teorias religiosas e humanistas. A questão social é entendida como “caso de polícia” num determinado momento e a posteriori, passa a atender tais questões como emergentes sob o respaldo do Estado. O assistente social nesse momento passa a desenvolver uma função de controle social, de ajustamento do indivíduo à sociedade e de mediador entre o institucional e o coletivo. A predominância feminina marca a identidade da profissão, além de ser herdeira de uma cultura que carrega fortes presenças confessionais e heranças conservadoras.

Nos cursos hoje, o perfil de gênero vem mudando apesar de encontramos a presença masculina ainda em menor escala se comparada ao público feminino. Do mesmo modo que encontramos o recorte de gênero, raça e segmentos sociais médio pauperizados, podemos também constatar a presença de alunas e alunos homossexuais. Nesse sentido, como lembra Oliveira (idem, p.105) “as discriminações sociais, de gênero, raça e etnia, vicejam na formação cultural do país e ultrapassam largamente as fronteiras do meio profissional, embora nele também se atualizem”.

O tema da diversidade vem ganhando pauta nas universidades e em alguns cursos de graduação encontramos a transversalidade dessa discussão

representada nos Trabalhos de Conclusão de Curso. No Serviço Social, apesar da questão de gênero entrar como disciplina, sobre essa discussão a predominância se volta para as questões da mulher heterossexual. No que tange a questão racial, pouco ou nada se fala a respeito.

Em 1993, o nosso Código de Ético procurou contemplar essas novas demandas sociais e trouxe dentre os onze princípios fundamentais da profissão, o “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito” incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças e o “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado”, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física.

Tendo em vista o nosso Projeto ético-político que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade, como a possibilidade de escolher, e mais além, o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos, o projeto propõe a construção de uma nova ordem social sem dominação e /ou exploração de classe, etnia e gênero.<sup>51</sup>

De forma explícita o Código indica uma concepção de diversidade e de tolerância, cujo limite é colocado em torno do campo democrático e da negação daqueles cujas ações e manifestações produzam o racismo, o preconceito, a discriminação, enfim, a negação dos valores considerados positivos (Barroso, 2006, p. 13).

Esses temas, como racismo e sexualidade, entram nos espaços acadêmicos pelas “portas dos fundos”, trazidos por militantes ou simpatizantes das causas. Os anos de 1990 trouxeram para dentro da academia temas implicados a grupos específicos da sociedade. Nessa década, essa discussão toma corpo e o tema ‘gênero’ surge na academia substituindo os estudos feministas até então, para os estudos de gênero.

Como bem descreve Faury (2003) e Kleba (2010), foi nesse período que o Serviço Social se aproximou do movimento feminista e o tema passou a estar mais presente nas preocupações das/os assistentes sociais. As novas demandas da sociedade levou o “... Serviço Social a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra

---

<sup>51</sup> Código de Ética do Serviço social. “Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social”. (Reis, 1993, p. 405-419)

mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras” (Kleba, 2010, p. 72).

A consolidação da temática vai se corporificando dentro do Serviço Social a partir dos Congressos da categoria versando ainda como “temas emergentes”. Faury (2003), através de uma pesquisa realizada no período de 1994-1995 na Faculdade de Serviço Social da PUC/Campinas com assistentes sociais supervisores de campo de estágio fez as seguintes identificações em relação ao serviço social e gênero:

A visibilidade de algumas conquistas do movimento de mulheres está presente no cotidiano profissional das Assistentes Sociais - a extensão dos direitos sociais à mulher, trabalho, sexualidade, etc. No entanto, parece existir um certo estereótipo beneficia-se das conquistas mas, o movimento que levou a elas (no caso o feminista) não é admitido. Não importa esta lembrança, pois o resultado do contraponto, trabalho profissional em Serviço Social basicamente exercido no meio de mulheres por mulheres e a grande maioria da clientela sendo composta por pessoas do sexo feminino - tem sido da temática mulher/gênero estar presente, mesmo que muitas vezes de forma camuflada / envergonhada.

(...)

A representação social dessa questão foi sendo construída pelas profissionais na sua vida profissional cotidiana, motivada e mobilizada pela própria clientela... Pelos dados levantados não podemos afirmar com clareza que o Serviço Social adote uma "intervenção feminista" ao trabalhar com mulheres, mas estaria enveredando por essa forma de abordagem, posto que as profissionais percebem a discriminação, trabalham no sentido de conscientizar a clientela dos estereótipos sexuais e dos papéis aos quais a sociedade as confina e tentam trabalhar numa perspectiva de igualdade, liberação e libertação (Faury, 2003, p. 111).

Esse passo inicial da profissão foi importante ainda que ingênuo num primeiro momento, mas mesmo assim as/os assistentes sociais começaram a perceber e identificar seu público atendido. Essa caracterização contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas e incorporação dos desdobramentos da temática no processo de formação da/o assistente social. Assim, a partir de 2000, a temática ganha um eixo específico articulado ao Serviço Social nos Encontros e Congressos da categoria.

É importante destacar que o conceito de gênero está associado a papéis, padrões, comportamentos, regras que uma sociedade estabelece e assim define e relaciona o que é “adequado e não adequado” para mulheres e homens. No entanto, há um hiato nessa discussão, uma vez que os estudos e a formação acadêmica em torno da temática priorizam uma ênfase na mulher e suas demandas. Ao associar gênero à mulher suprime assim essa construção social de masculino e feminino. O conteúdo programático da disciplina que aborda as questões de gênero na formação de assistentes sociais tem sido voltado para

demandas do universo da mulher, ocultando deste modo às masculinidades e feminilidades implicadas nas performances de ser mulher e ser homem que nem sempre serão respectivas ao sexo biológico. Outra questão a ser ampliada no processo de formação vincula-se as identidades raciais, sexuais e de gênero. Isso significa dizer que a opressão, o preconceito, a violência e outras questões não se modulam apenas ao sujeito “mulher”, mas sim entender como o poder dentro das relações determinam lugares e ações diferenciadas. Daí a necessidade de sair de um lugar de ‘naturalização’ da questão de gênero para a compreensão das possibilidades, dos desdobramentos que emergem tendo em vista um planejamento de intervenção efetiva. Essa abordagem pode ser compreendida a partir da reflexão de lamamoto (2006) ao reconhecer que:

Pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam no Serviço Social. E, sobretudo, para que a categoria profissional se arme de elementos teóricos e de informações da realidade capazes de subsidiá-la na formulação de propostas profissionais, isto é, na construção e programáticas de trabalho, tanto no campo da formulação de políticas sociais como de sua implementação (lamamoto, 2006, p. 169).

Fazer esse balanço do debate, das práticas do Serviço Social que lamamoto propõe, traduz na mesma linha de pensamento o que Vasconcelos (2007, p. 139) faz referência no seu convite à prática reflexiva. A autora chama a atenção para esse exercício constante de uma prática em movimento que necessita ser sempre pensada, analisada, avaliada. Para ela, o voltar-se permanente sobre a prática contribui na busca “de capacitação constante para ocupar com qualidade o espaço profissional, tanto no que se refere à temática que é sua demanda quanto à forma de viabilizá-la” (Vasconcelos, 2007, p. 140). Neste sentido, podemos entender que a prática profissional não pode criar distanciamento do conhecimento científico, do mesmo modo que o conhecimento científico por si só não responde a realidade dinâmica e complexa da sociedade.

Oliveira (2010) se reporta à entrada dos estagiários nos campos de prática como o principal desafio da formação profissional. Segundo ela, quando os estágios começam “... os alunos parecem ter esquecido de tudo o que aprenderam nas salas de aula” (Oliveira, 2010, p. 743).

Compreendemos que essa afirmação da autora atravessa uma discussão que vai além da relação teoria-prática. Na verdade, questionamos pouco a nossa

formação e nos colocamos ausentes de questões pertinentes e contemporâneas. O debate que se faz hoje de uma educação de qualidade não se restringe à cultura da educação pública. Precisamos trazer esse debate para a formação profissional em todas as áreas sem descartar as grandes universidades. É um campo delicado e complexo ao mesmo tempo abordar os conteúdos que teorizam a formação do assistente social e o currículo mínimo. Sabemos que a formação curricular tem por objetivo integrar o ensino das disciplinas com outros componentes (seminários, estágios, atividades extraclasse) de modo a construir conhecimentos gerais e específicos no decorrer da formação profissional. Sustenta-se no tripé dos conhecimentos teórico-metodológicos, formação sócio histórica e trabalho profissional.

Trazer questões de gênero para dentro do Serviço Social fora do universo biológico ainda é muito novo, do mesmo modo, as questões no campo de implicações raciais e de orientação sexual. Esses temas que ainda não são priorizados e privilegiados como categorias de análises dentro da profissão, lamamoto a eles denomina como “temas ocultos”. À medida que não são vistos com relevância, tendem a ficar a critério do/a professor/a introduzi-los nas aulas ou não.

Na PUC-Rio foi oferecido em 2008 pelo Departamento de Serviço Social uma disciplina eletiva denominada “Diversidade Sexual e Cidadania” ministrada pelo professor Luís Corrêa Lima, SJ. A proposta era aproximar o Serviço Social a essa discussão fornecendo instrumentos teóricos sobre questões contemporâneas relacionadas à diversidade sexual na sociedade brasileira. Se por um lado foi um avanço no que diz respeito à universidade por ser de caráter confessional e sabemos a polêmica que esse tema traz no campo religioso, por outro, sendo uma disciplina eletiva a questão em cursa-la estava voltada mais para o interesse da/o aluno que necessariamente uma obrigatoriedade. Ao contrário de outras temáticas “tradicionais” que havia sempre uma procura maior, o grupo matriculado para disciplina se concentrava em poucos interessados. A realidade que se faz presente em uma situação como essa, nos permite levantar alguns questionamentos: O que motiva buscar temas tradicionais ao invés de ir ao encontro de novas contribuições para a formação profissional? Haveria uma homofobia silenciosa neste sentido?

A discussão não se esgota aqui. O que queremos com essa pesquisa é lançar um debate inicial sobre esses temas que são pouco ou nada trabalhados na formação da/o assistente social. Reconhecemos a emergência de

aproximação de questões que se fazem presentes no cenário da sociedade brasileira e na dinâmica das relações sociais.

... a maneira como se entrelaçam as diferentes formas de opressão não é, pois, uma equação que possa ser resolvida facilmente. “Relações de gênero racializadas” “eticidades generificadas” são apenas algumas das “combinações” que vêm ocupando estudiosas/os e cujos resultados estão longe de ser previsíveis ou estáveis” (Louro, 2003, p. 54).

Desta forma, buscamos fazer um ensaio de semear nos campos do Serviço Social um exercício de descortinar o que se coloca para nós hoje e avançar. Assim, a luta por direitos iguais numa sociedade que se alimenta das desigualdades e estigmatiza “o outro” pelas diferenças, é o desafio que atravessa as inúmeras demandas do cotidiano dos assistentes sociais.